

## **O Currículo Paralelo dos Estudantes de Medicina e a Extensão Universitária**

### Área Temática de Educação

#### Resumo

As atividades dos estudantes de medicina, fora do âmbito das faculdades, em plantões, enfermarias, ambulatórios, grupos de estudo, de raciocínio clínico etc são antigas e amplamente difundidas, constituindo um verdadeiro “currículo paralelo” entre os estudantes de medicina de todo o país, e certamente de grande importância na sua formação e treinamento, pois complementam o que muitas vezes falta nas escolas médicas oficiais. Tais atividades são atividades extensionistas típicas pelas suas ações em situações inseridas na comunidade, de importância social e articuladas com o ensino da medicina. Atualmente as políticas de formação de recursos humanos na área da saúde vem trabalhando no sentido da simplificação, abertura e flexibilização dos currículos, valorizando atividades que permitam aos alunos desenvolverem sua própria criatividade e auto aprendizado em novos cenários de treinamento, com ênfase em situações próximas das atividades que irão realizar na sua vida profissional, o que é característico das atividades extracurriculares. A sua utilização como atividades passíveis de serem apropriadas pelo currículo formal como atividades optativas de flexibilização curricular parecem ir ao encontro a essas tendências.

#### Autores

Ari de Pinho Tavares, Médico, Coordenador do Centro de Extensão da Faculdade de Medicina da UFMG

Séphora Augusta Vieira Cardoso, estagiária bolsistas do Projeto Recriar de Mudança Curricular

Nayanne Gama Teixeira Dantas, estagiária bolsistas do Projeto Recriar de Mudança Curricular

Gustavo Coelho Lopes, estagiário bolsistas do Projeto Recriar de Mudança Curricular

Carlos Alfredo Fonseca Júnior, estagiário bolsistas do Projeto Recriar de Mudança Curricular

#### Instituição

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Palavras-chave: educação médica; currículo paralelo; currículo médico

#### Introdução e objetivo

As sociedades humanas vêm vivendo momentos de intensas transformações nas duas ou três últimas décadas, numa transição frenética de uma cultura industrial e comercial para uma cultura baseada na informação, na automação e nos serviços: a chamada “era da informação”.

Vivemos atualmente em uma conjuntura histórica em que uma caudalosa soma de fatores tais como, globalização, crescente uso de tecnologias informatizadas, novos formatos organizacionais, novas relações entre sistema financeiro e a atividade produtiva, novas tecnologias complexas e que vem produzindo aumentos substanciais da produtividade na indústria e agricultura, exigem conhecimento e formação técnica cada vez mais demorados, complexos, multidisciplinares e flexíveis. Por outro lado o conhecimento e a utilização da informação, da automação, informática e das tecnologias cada vez mais sofisticadas vem se tornando fatores fundamentais para a produtividade e a competitividade e vitais para a

sobrevivência de pessoas, empresas - e principalmente países - num contexto de capitalismo selvagem e de “salve-se quem puder.”.

Apesar das vantagens competitivas inegáveis da chamada “era da informação” ou “pós-modernidade” algumas preocupantes conseqüências disto já podem ser evidenciadas como a perda progressiva de postos de trabalho e renda dos trabalhadores substituídos por complexos e elaborados processos tecnológicos de informática e automação. Também os conhecimentos, flexibilidade de saberes e habilidades das pessoas são exigências cada vez de maiores das que estão empregadas e das que ainda aspiram por uma atividade regularmente remunerada, excluindo ou colocando à margem do processo produtivo contingente cada vez maior de trabalhadores pouco especializados. O domínio e desenvolvimento dessas mesmas tecnologias e processos fazem e mantêm a diferença entre países centrais e periféricos, aumentando cada vez mais o fosso entre riqueza e pobreza e dominadores e dominados.

Nesse contexto a Universidade não é exceção e se encontra mergulhada no mesmo caldo quente de perplexidades e contradições: “... a visão da Universidade secular, estruturada a partir de que cabe a ela” proteger todo o conhecimento e ciências, dos fatos e princípios, de pesquisa e descobertas, de experimentos e especulações “, tem sido confrontada com outra que entende a Universidade como instituição criada para atender às demandas de uma sociedade que hoje deseja consumir produtos que agregam informações de conteúdo tecnológico e é impulsionada cada vez mais pelas necessidades da economia de mercado. Mesmo diante de tais pressões, a Universidade tem procurado exercer sua vocação histórica e manter, sobretudo, a liberdade de pensamento e geração de novos conhecimentos, que lhe são característicos. Assim, ela responde, hoje por cerca de 80% da pesquisa básica realizada no mundo e pela efetiva melhoria da qualidade de vida dos povos e dos países”. (...) um outro desafio com o qual a Universidade se depara é a demanda cada vez maior por novas vagas. Essa crescente demanda pode ser explicada tanto pelo crescimento da população jovem no país, como pelas necessidades criadas pela sociedade pós-industrial, cujo processo de produção exige indivíduos altamente qualificados e com habilidades para processar informações. No entanto verifica-se que as necessidades colocadas pela nova realidade da chamada “ massificação do ensino” em termos de investimentos expressivos em infraestrutura e recursos humanos não foram atendidas em patamares adequados, o que nos leva a questionar se o crescimento ocorrido implicou ou vem implicando em perda da qualidade de ensino. (Flexibilização curricular na UFMG Pré-Proposta da Câmara de Graduação - 1997)

Também a Universidade, principalmente as localizadas em países pobres como o Brasil, vem sofrendo pressões para que desça de sua “torre de marfim” e participe - efetivamente e com entusiasmo - da vida do comum dos mortais e do estudo e solução dos inumeráveis problemas que afligem aquelas populações e que geralmente tem pouca chance de encontrar soluções em conceitos e processos globalizados ou importados. As atividades extensionistas - bastante desenvolvidas nas últimas décadas - vem se tornando, claramente, uma resposta adequada a essas questões.

De acordo com o plano nacional de extensão universitária estabelecido pelo fórum nacional de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras e SESu /MEC ...“a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.(Plano Nacional de Extensão Universitária – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Brasil 2000/2001)

Do ponto de vista histórico a extensão vem fazendo parte da universidade brasileira desde a sua fundação, na primeira metade do século XX, através de conferências denominadas “lições públicas” que tinham o objetivo de difundir o conhecimento acumulado para as comunidades.

Nas décadas de 50 e 60 o movimento estudantil, sempre na vanguarda das idéias e na ação organizado na União Nacional dos Estudantes – UNE – foi o responsável por grande movimentação cultural e política hoje reconhecidas como de grande importância na formação de lideranças políticas e intelectuais, dando continuidade ao processo extensionista, mesmo antes do próprio conceito estar estabelecido.

Na década de 60 e boa parte da de 70 e de 80, com o fechamento político e a centralização, o processo pouco democrático da tomada das decisões a extensão foi fortemente influenciada por características de assistencialismo e decisões centralizadas com projetos tipo “Projeto Rondon”, “Campi Avançados” e outros semelhantes.

Mais recentemente, principalmente através do trabalho do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e com o processo de democratização da sociedade brasileira e das universidades a extensão passou a ser pensada como o processo que articula ensino e a pesquisa e com forte parceria com os movimentos sociais em ascensão e com toda a comunidade, num processo de mão dupla entre os saberes populares e da academia: “...com relação à pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na universidade com setores da sociedade. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisados e pesquisadores, visando à criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, em que a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos. Quanto ao ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes”. (Plano Nacional de Extensão Universitária – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Brasil 2000/2001)

Em fins de 2001 a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação propõe as novas diretrizes curriculares para os cursos da área da saúde - incluindo os de medicina – que entre outras recomendações se refere: ...dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes devem estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades (prisões) curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia intelectual e profissional;

Incentivar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;

Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;(Conselho Nacional de Educação - Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação na Área da Saúde – Brasil - 2001)

Ao mesmo tempo e mesmo refletindo as orientações do referido documento as universidades brasileiras através da FORGRAD desenvolveram recomendações sobre o processo de flexibilização curricular condensados no documento da FORGRAD que recomenda e mesmo estimula as IES: “... o ensino de graduação, voltado para a construção do conhecimento, sob a ótica da radicalidade crítica, não pode orientar-se por uma estrutura curricular rígida, baseada no enfoque unicamente disciplinar e seqüenciada a partir da hierarquização artificial dos conteúdos, quando a realidade se apresenta em multiplicidade interdependente; confinada aos limites da sala de aula, onde teoria e prática aparecem como elementos dicotômicos e o ensino tem por base a exposição submissa a conteúdos descritivos, quando o processo de construção do saber ocorre a partir da reflexão sobre os fundamentos do conhecimento; mediada pela permanente interação com a realidade; refratária à diversidade de experiências vivenciadas pelos alunos, quando eles são, de fato, o pólo nucleador do projeto curricular; concebida na perspectiva da graduação como etapa definitiva do processo de formação, quando a dinâmica de transformação da realidade explicita a necessidade do aprender permanente. Assim, a flexibilidade desponta como elemento indispensável à estruturação curricular, de modo a atender tanto às demandas da sociedade tecnológica moderna, quanto àquelas que se direcionam a uma dimensão criativa e libertária para a existência humana. Percebida neste contexto, a flexibilidade curricular não constitui apenas possibilidade, mas condição necessária à efetivação de um projeto de ensino de qualidade. (XVI Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras Campo Grande 2003).

Na UFMG todas essas questões estão sendo intensamente discutidas nos últimos anos culminando na edição pelo CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão), órgão de decisão superior da universidade de uma resolução balizando o início do processo de flexibilização curricular no âmbito da UFMG e permitindo que atividades de pesquisa, extensão e ensino, feitas fora do currículo formal e obrigatório, sejam aproveitadas como atividades chamadas de “iniciação ao ensino, pesquisa e extensão”, e após análise e aprovação por câmaras departamentais e colegiados de curso aproveitadas para integralização curricular.

A Faculdade de Medicina por sua vez, através de seu colegiado de curso, promulgou uma resolução instituindo essas mesmas atividades para o curso médico.

Outro fato recente e importante foi o fato da Faculdade de Medicina ter sido selecionada para o programa PROMED do Ministério da Saúde, de apoio e financiamento a mudanças curriculares nas escolas médicas. O objetivo geral e os específicos do PROMED estão em sintonia com as idéias da flexibilização curricular para a área do ensino médico como podemos ver abaixo:

Objetivo geral do PROMED:

Reorientar os produtos da escola médica – profissionais formados, conhecimentos gerados e serviços prestados –, com ênfase nas mudanças no modelo de atenção à saúde,

em especial aquelas voltadas para o fortalecimento da atenção básica.

Objetivos específicos do PROMED:

- Estabelecer, de forma sistemática e auto-sustentável, protocolos de cooperação entre os gestores do SUS e as escolas médicas.
- Deslocar o eixo central do ensino médico da idéia exclusiva da enfermidade, incorporando noção integralizadora do processo saúde/doença e da promoção da saúde,

com ênfase na atenção básica.

- Propiciar a ampliação dos cenários e da duração da prática educacional na rede de serviços básicos de saúde.
- Favorecer a adoção de metodologias pedagógicas ativas e centradas nos estudantes, visando prepará-los para a auto-educação permanente num mundo de constante renovação da ciência.( PROMED do Ministério da Saúde)

Na Faculdade de Medicina foi criado um projeto específico para implantar e gerenciar os recursos e idéias do PROMED com o nome de “Projeto Recriar” .

As atividades relacionadas ao aprendizado dos aspectos cognitivos, mas principalmente, os de habilidades e atitudes em ensino médico fora do ambiente estritamente acadêmico, são provavelmente tão antigas quanto o próprio ensino médico.

Numerosos estudos e teses tem mostrado que as atividades extracurriculares são disseminadas nas mais diversas escolas médicas dos diversos estados brasileiros. A maioria dos estudantes de medicina as realizam amplamente, a partir mesmo dos primeiros semestres de seu curso médico através de plantões em serviços de urgência e emergência, terapia intensiva, maternidades, ambulatórios gerais e de especialidades, clubes esportivos, grupos de estudo e raciocínio clínico, cursos de extensão, participação em encontros científicos e congressos, e com objetivos os mais diversos como obtenção de currículo para as provas de residência médica, sustentação econômica, participação em equipes, mas principalmente como obtenção de prática clínica de habilidades e atitudes que, segundo eles, lhes são negadas nos currículos médicos tradicionais. Alguns problemas importantes sobre essas atividades são levantados, principalmente os relacionados à ética e a supervisão dos acadêmicos em suas atividades extracurriculares, ainda sem solução definitiva.

Como forma de estudar a situação do currículo paralelo dos estudantes de medicina da UFMG estamos realizando um projeto (que faz parte da tese de doutorado do autor) e que pretende como objetivos estudar quantitativamente as atividades extracurriculares (“o currículo paralelo”) dos alunos do ciclo profissional da Faculdade de Medicina da UFMG, elaborar o conceito de “currículo paralelo” dos estudantes de medicina, discutir os aspectos éticos da participação de estudantes de medicina em atividades de atenção médica fora do âmbito da Faculdade de Medicina, conceituar e descrever historicamente o que são as atividades de extensão e qualificar e conceituar as atividades do “currículo paralelo” dos estudantes da Faculdade de Medicina da UFMG, como atividades de extensão, caracterizar as atividades do “currículo paralelo” como atividades passíveis de serem transformadas em atividades de flexibilização curricular, observando o modelo e as normas atuais criadas pelos colegiados superiores da UFMG e colegiado do curso médico, sobre a matéria, e na observância da legislação atual sobre estágios e treinamento profissional e finalmente contribuir para a criação de um modelo que permita a Faculdade de Medicina da UFMG entender melhor e criar normas e procedimentos - inclusive éticos - para incorporar as atividades do “currículo paralelo” pelo currículo formal, como atividades optativas de flexibilização curricular.

## Metodologia

Trata-se de estudo transversal cuja população são os estudantes de medicina, regularmente matriculados no ciclo profissional da Faculdade de Medicina da UFMG e onde será avaliada a presença e as características quantitativas das atividades extra curriculares na área médica (“currículo paralelo”). Também serão pesquisados alguns aspectos relacionados às características demográficas e sociais dos estudantes.

A coleta de dados será efetuada através da aplicação de um questionário a uma amostra aleatória simples de 60 dos estudantes dos 6º ;8º 10º e 12º períodos. O questionário conta de 10 seções: a primeira colhe informações gerais sobre os estudantes como idade sexo,

dados sobre os pais, hábitos de vida etc. Em seguida as outras seções colhem informações sobre atividades em plantões, projetos, enfermarias, ambulatórios, grupos de estudo e de raciocínio clínico e de atividades em cursos, palestras e publicações.

Cada aluno responderá a um questionário relativo ao período atual que está cursando e ao período imediatamente anterior ao atual, de maneira que as informações cubram os oito períodos que compõe o ciclo profissional do curso médico.

### Resultados e discussão

No momento já foram colhidos aproximadamente 2/3 dos questionários. Até fim de junho/2004 teremos colhido todos os questionários. Os dados serão colocados em banco de dados do programa Epi Info 6 e analisados em termos da prevalência, e características das atividades do currículo paralelo pelos diversos períodos dos alunos.

A análise da literatura da área parece não deixar dúvidas de que o aprendizado fora do currículo formal é de grande importância para a formação de boa parte – senão todos - os acadêmicos de medicina de nosso país e se transformando num verdadeiro “currículo paralelo” como vem sendo chamado por muitos autores e observadores do ensino médico.

Na nossa visão não há dúvida de que as atividades extracurriculares dos acadêmicos de medicina são atividades de extensão típicas em virtude de sua inserção em cenários médicos reais e com participação em atenção à saúde de pacientes reais das comunidades, com forte componente de aprendizado profissional e profissionalizante e que permitem aos acadêmicos contato intenso com a realidade da profissão em cenários diretamente ligados ao trabalho em serviços públicos ou privados e prestando serviços relevantes às mesmas. São atividades claramente articuladoras do ensino médico e, em alguns casos, eventualmente, também ligadas à pesquisa.

Como visto na introdução existe uma deliberada tendência das normas regulamentos e diretrizes dos ministérios e universidades no sentido de simplificar, e flexibilizar as atividades dos currículos afim de não só colocar os alunos como os atores principais do processo de ensino aprendizagem, mas também da valorização de outros cenários de aprendizagem, além da sala de aula, e principalmente das atividades ligadas ao treinamento profissional, em ambientes reais de trabalho, onde se enquadram perfeitamente as atividades do currículo paralelo dos estudantes de medicina.

Deve-se registrar os problemas relacionados às atividades extracurriculares, principalmente os de ordem ética e de supervisão e avaliação das mesmas , ainda não resolvidos.

### Conclusões

As universidades brasileiras, principalmente as públicas, se encontram sob forte pressão do mercado e da sociedade para aumentarem seu número de vagas e ao mesmo tempo produzir um produto mais de acordo com as necessidades do mercado cada vez mais complexas, dinâmicas e exigindo um forte componente de auto aprendizado, educação permanente e atualização.

A sua resposta vem sendo no sentido de simplificar os currículos, valorizar atividades centradas no aluno, que permitam o seu desenvolvimento auto dirigido e sua permanente atualização depois de graduado, principalmente aquelas ligadas ao ambiente real de trabalho profissional, com ênfase em atividades praticas e estágios.

As atividades extracurriculares, na área médica, tem larga e longa tradição fazendo parte importante do treinamento da maioria dos estudantes de medicina brasileiros e servindo claramente como complementação de seu treinamento sabidamente deficiente na maioria de nossas escolas médicas.

Estas mesmas atividades podem ser consideradas atividades típicas de extensão, pois os alunos trabalham em ambientes reais, com pacientes reais, produzindo atenção e cuidados médicos relevantes e significativos do ponto de vista social.

Por outro lado são atividades que claramente se articulam com o ensino complementando a formação dos alunos, podendo ser apropriadas pelo currículo formal como atividades optativas de flexibilização curricular, o que parece corresponder às diretrizes curriculares atuais para o curso médico e as necessidades tanto das próprias universidades quanto dos mercados e dos alunos.

As fundamentais questões da ética e de supervisão das atividades extracurriculares dos estudantes de medicina ainda precisam melhores estudos e definições.

#### Referências bibliográficas

ARAUJO, M, B, J. Análise das atividades extracurriculares e sua contribuição para a formação dos alunos do curso de medicina da Universidade Federal de Uberlândia. 1998. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biomédicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998

Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular

XVI Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras em Campo Grande-MS de 18 a 22 de maio de 2003.

Flexibilização curricular na UFMG Pré-Proposta da Câmara de Graduação – 1997. Disponível em <http://www.ufmg.br/prograd> acesso em 10 de jan de 2004

Parecer CES 776/97: Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, Conselho Nacional de Educação, 1997.

Projeto Recriar

Disponível em <http://www.medicina.ufmg/colegiado> acesso em 13 jan 2004

PROMED do Ministério da Saúde. Disponível em <http://www.medicina.ufmg/colegiado> acesso em 12 de jan de 2004

REGO, S, T, A. A prática na formação médica: O estágio extracurricular em questão . 1994. 193 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro, 1994

Resolução 01/98 CEPE. Disponível em <http://www.ufmg.br/prograd> acesso em 20 de jan de 2004

Resolução de no 1/2000 Colegiado do Curso Médico da UFMG Disponível em <http://www.medicina.ufmg/colegiado> acesso em de 5 jan de 2004

Resolução no 6/ 99, Colegiado do Curso Médico da UFMG Disponível em <http://www.medicina.ufmg/colegiado>

VALENÇA, O. A. A. Currículo paralelo em medicina: o caso da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, 1999. 114 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.